

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.222.642 - SP (2017/0324808-9)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : **OLAVO LOPES FILHO**
ADVOGADO : **BENEDITO LUÍS CRUVINEL - SP147648**
AGRAVADO : **MASSA FALIDA DO BANCO BVA S.A - MASSA FALIDA**
REPR. POR : **ALVAREZ & MARSAL ADMINISTRACAO JUDICIAL LTDA - ADMINISTRADOR**
ADVOGADOS : **FERNANDO GOMES DOS REIS LOBO E OUTRO(S) - SP183676**
LEANDRO ARARIPE FRAGOSO BAUCH - SP286619

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMPRESARIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPUGNAÇÃO DE CRÉDITO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. PRETENSÃO DE RECLASSIFICAÇÃO DE CRÉDITO – QUIROGRAFÁRIO PARA REAL. REEXAME. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo que não admitiu o recurso especial apresentado por Olavo Lopes Filho, com base no art. 105, III, *a*, da CF, desafiando acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 180):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPUGNAÇÃO DE CRÉDITO. Impugnação apresentada pelo credor de letra de crédito imobiliária, pretendendo sua reclassificação (de quirografário para credor com garantia real). Não cabimento. Inexistência de demonstração de registro da hipoteca ou alienação fiduciária de imóvel à qual se vincularia a garantia. Não provimento.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 225-230).

Em suas razões de recurso especial (e-STJ, fls. 247-258), o recorrente alegou ofensa aos arts. 12 da Lei n. 10.931/2004; 122 e 1.255 do Código Civil de 2002; e 141, 492, 1.013 e 1.014 do Código de Processo Civil de 2015.

Sustentou, em síntese, que o Tribunal *a quo* não poderia ter julgado matéria fática preclusa, devendo ser anulado o julgado; e que, "se o pagamento das LCIs decorre de previsão expressa da lei e esta legislação a vincula, lastreia a créditos em garantia real (condição incontroversa no caso vertente), assim, é imperioso o reconhecimento do direito do recorrente em receber seu crédito com em garantia real

sobre o resultado da arrecadação dos créditos hipotecários e de alienações fiduciárias sobre imóveis anteriormente ao pagamento de qualquer outro credor, por mais privilegiado que o seja, até que se alcance a quitação integral dos valores dos títulos em testilha".

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 263-271).

O Tribunal de origem não admitiu o processamento do recurso especial em virtude da ausência de comprovação de violação dos dispositivos apontados e da incidência da Súmula n. 7/STJ (e-STJ, fls. 276-277).

Brevemente relatado, decido.

Os dispositivos legais apontados pelo recorrente – arts. 122 e 1.255 do Código Civil de 2002; e 141, 492, 1.013 e 1.014 do Código de Processo Civil de 2015 – não foram enfrentados pelo acórdão impugnado.

Cabia ao insurgente suscitar, na petição de recurso especial, a violação do art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, o que não ocorreu na hipótese.

Assim, aplicável o enunciado n. 211 da Súmula desta Casa.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. ALEGADA ILIQUIDEZ DO TÍTULO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DA MATÉRIA VENTILADA NO RECURSO ESPECIAL. SÚMULAS 282/STF E 211/STJ. PREQUESTIONAMENTO FICTO PREVISTO NO ART. 1.025 DO CPC/2015. NECESSIDADE DE SE APONTAR VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. PRECEDENTE. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. A matéria referente aos arts. 783 e 803, do CPC de 2015 não foi objeto de discussão no acórdão recorrido, apesar da oposição de embargos de declaração, não se configurando o prequestionamento, o que impossibilita a sua apreciação na via especial (Súmulas 282/STF e 211/STJ).

2. O STJ não reconhece o prequestionamento pela simples interposição de embargos de declaração (Súmula 211). Persistindo a omissão, é necessária a interposição de recurso especial por afronta ao art. 1.022 do CPC de 2015 (antigo art. 535 do Código de Processo Civil de 1973), sob pena de perseverar o óbice da ausência de prequestionamento.

3. "A admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei".

(REsp n. 1.639.314/MG, Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 4/4/2017, DJe 10/4/2017).

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp n. 1.098.633/MG, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 12/9/2017, DJe 15/9/2017 - sem grifo no original).

Ressalte-se que o entendimento jurisprudencial desta Corte é de que têm-se como prequestionados os dispositivos legais de forma implícita, ou seja, ainda que não referidos diretamente, quando o acórdão recorrido emite juízo de valor fundamentado acerca da matéria por eles regida.

Quanto ao mais, o Tribunal de origem, ao julgar o agravo de instrumento, manifestou-se nos seguintes termos (e-STJ, fls. 181-182):

(...)

Com efeito, nos termos do art. 12 da Lei n.º 10.931/04 (que dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, Letra de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Bancário, altera o Decreto-Lei no 911, de 1º de outubro de 1969, as Leis no 4.591, de 16 de dezembro de 1964, no 4.728, de 14 de julho de 1965, e no 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e dá outras providências) os Bancos podem emitir “Letra de Crédito Imobiliário lastreada por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel, conferindo aos seus tomadores direito de crédito pelo valor nominal, juros, e, se for o caso, atualização monetária nelas estipulados.” Entretanto, muito embora apresentado o contrato (fls. 122), inexiste qualquer menção de registro da hipoteca ou alienação fiduciária aduzidas na norma de regência, de modo que não demonstrada a constituição da garantia. (Sem grifo no original).

Dessa forma, depreende-se que o Colegiado estadual julgou a lide com base no substrato fático-probatório dos autos. Assim, não há como alterar a cognição do aresto impugnado e acolher a tese defendida no apelo extremo, uma vez que tal providência esbarraria no disposto na Súmula n. 7 do STJ.

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

Brasília-DF, 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

